

## UM ESTUDO DO PRETÉRITO PERFEITO SIMPLES E COMPOSTO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO<sup>1</sup>

Juliana Bertucci Barbosa<sup>2</sup>

Beatriz Nunes de Oliveira Longo<sup>3</sup>

**ABSTRACT:** *An analysis of “pretérito perfeito simples” (simple past tense) and “pretérito perfeito composto” (compound past tense) in Brazilian Portuguese showed that such tenses must be distinguished according to features other than temporal; both tenses can be used to express a situation that begins in the past and extends up to the present.*

### 0. Introdução

Admitindo que as interpretações dos tempos verbais no sintagma, na frase e no texto são solidárias e considerando como núcleo sintático-semântico da frase o verbo, partimos das seguintes hipóteses para a elaboração do trabalho:

(i) as categorias modo, tempo e aspecto não estão apenas morfológicamente amalgamadas no português; relacionam-se estruturalmente também do ponto de vista semântico, ainda que muitas vezes seja possível identificar a predominância de uma delas na realização dos enunciados.

(ii) os tempos verbais têm significados básicos, sobre os quais podem operar adjuntos para dar origem aos valores que prevalecem nos diferentes contextos.

A primeira hipótese parece ser de aceitação consensual na bibliografia consultada. Das diferentes conceituações apresentadas, podemos extrair alguns pontos fundamentais:

- Para Ilari (1997) uma das dificuldades para o estudo semântico das formas verbais está na ausência de correspondência biunívoca entre os recursos expressivos e os conteúdos expressos, somada ao fato de que as construções que expressam tempo também exprimem modo e aspecto. Nem sempre é *fácil separar os valores autenticamente temporais das expressões lingüísticas de seus valores aspectuais e modais.* (p.11)

- Aspecto e tempo são categorias estreitamente relacionadas, mas que não se confundem, porque o aspecto não leva em conta o processo de enunciação, e o tempo, sim. Em outras palavras, somente o tempo é categoria dêitica; o aspecto leva em conta o intervalo em que se desenvolve o estado de coisas expresso pelo tempo.

---

<sup>1</sup> Apoio CNPq.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal de Uberlândia; mestre pela UNESP / Araraquara

<sup>3</sup> Professora aposentada pela UNESP / Araraquara

• Quanto às categorias modo e tempo, afirma Fonseca (1977, p.110-111) que *longe de haver incompatibilidade, há, pelo contrário, íntima ligação entre o que era tradicionalmente designado por valores modais e valores temporais: a escolha de tempos verbais tem uma incidência em toda a organização do discurso por parte do locutor e constitui, pois, um meio importante de modalização do enunciado. Só esta observação pode levar a uma efetiva compreensão dos chamados “empregos modais” de alguns “tempos”, como o futuro, o imperfeito, o condicional (uso modal, neste caso, já consagrado na própria designação da forma).*

Com base nesses pontos, e para os fins deste estudo, parece-nos suficiente apresentar as seguintes definições:

*Tempo* é uma categoria dêitica que expressa relações de anterioridade ou simultaneidade entre três momentos, o da fala, o do evento e o da referência.

*Aspecto* é uma categoria não-dêitica, mediante a qual se quantifica o evento expresso pelo verbo ou se expressa a constituição interna de fases, momentos ou intervalos de tempo que se incluem nesse evento<sup>4</sup>.

A categoria *Modo* traduz uma apreciação qualitativa em relação ao enunciado, uma *tomada de posição do sujeito falante, ou a manifestação da vontade, sentimentos ou julgamento do sujeito gramatical* (Lobato, 1971, p.99).

Se a ligação intrínseca entre as três categorias em geral não é questionada, a hipótese de valores semânticos não-ambíguos é fonte de divergências. Para autores como Lyons (1977) e Mira Mateus et al. (1989), as formas verbais são polissêmicas. O caso típico é o do presente do indicativo, que pode ser empregado para expressar futuro e na afirmação de fatos atemporais ou onetemporais. Apoiamo-nos em Ilari (1997) para avaliar duas alternativas de abordagem da questão da ambigüidade das formas verbais. Para o semanticista, postular tal ambigüidade seria problemático, pois, *à falta de adjuntos, os tempos verbais não são realmente polissêmicos, havendo interpretações privilegiadas, se não obrigatórias* (p.25). A alternativa pressuposta em (ii) *encontra um obstáculo na abstração que seria exigida para se formularem os valores básicos* (p.25).

Outra dificuldade apontada por Ilari é que às vezes é o verbo que opera sobre o adjunto e não o contrário, como na frase (1), em que, segundo o autor, *agora* indica um momento passado:

(1) Agora, o paciente já não sentia dores, só um leve cansaço.

Excepcionalmente, as interpretações do adjunto e do verbo podem até ser não-equivalentes, como na frase *Eu sou você amanhã*, de um antigo comercial de uísque.

---

<sup>4</sup> Não vamos considerar aqui a distinção entre aspecto e modo de ser da ação. Para uma discussão a respeito, consulte-se Longo, 1990, p. 102-104.

Em vista disso, concluímos que a interpretação semântica do sintagma verbal nem sempre está subordinada à interação com adjuntos, e preferimos não adotar a hipótese da polissemia, conscientes, portanto, de que teremos de buscar representações mais abstratas.

## 1. A interpretação semântica dos tempos verbais

Assim como nós, também Corôa (1985) procurou atribuir a cada tempo verbal do português uma definição única e não-ambígua. Fundamentadas nos estudos de Reichenbach (1980), suas representações não levam em conta a interação verbo/adjunto temporal, nem o uso de auxiliares na expressão do tempo, centrando-se na interpretação fornecida pelo morfema modo-temporal do verbo. Partindo das possibilidades combinatórias dos três pontos temporais reichenbachianos - que ela denomina momentos do evento (ME), da fala (MF) e da referência (MR) - tenta verificar quais delas estão gramaticalizadas em nossa língua, admitindo graus diferentes de abstração para os momentos:

*Dos três momentos, é o ME que se manifesta mais concretamente por ter um referente definido e captar mais objetivamente o intervalo de tempo em que decorre o processo, evento, ação ou estado descrito. É, como diz Ilari (1981) o tempo da realização do predicado. O MF, por estar ligado mais diretamente ao ato de comunicação e à pessoa do discurso, tem seus limites um pouco mais ambigualmente colocados (...). Entretanto, é o MR o mais complexo desses construtos. Sua natureza quase que estritamente teórica faz com que esteja mais afastado do ato de comunicação do que o MF e que seus contornos sejam ainda menos concretamente percebidos. (Corôa, 1985, p. 42)*

Desse reconhecimento da não concretude dos momentos resulta uma grande riqueza de possibilidades para o aproveitamento do esquema de Corôa na explicação dos diferentes usos e valores dos tempos verbais. Aceitando-se a não concretude dos momentos, elimina-se a necessidade de derivar contextualmente a sua interpretação. Pode-se considerar que a localização dos momentos já está contida nos morfemas flexionais isolados. Caso contrário, a fixação dos momentos seria parte das implicaturas<sup>5</sup> dos tempos verbais, e não do seu significado.

Corôa apresenta as seguintes definições para os tempos do indicativo português (as vírgulas indicam simultaneidade e os hífen, anterioridade):

Presente: ME, MF, MR  
Imperfeito: ME, MR – MF  
Perfeito: ME – MR, MF

---

<sup>5</sup> Com base em Comrie (1986), definimos implicatura como a parte do significado que extrapola o núcleo semântico.

Mais-Que-Perfeito: ME – MR – MF  
Futuro do Presente: MR, MF – ME  
Futuro do Pretérito: MR – MF – ME  
Futuro do Presente Composto: MF – ME – MR

A autora atribui simultaneidade a MF e MR nos chamados tempos absolutos: presente, perfeito e futuro do presente. Corôa afirma que tal formulação é aplicável ao perfeito porque se contempla o resultado do evento, e o sistema de referência se distancia então do momento de realização desse evento, aproximando-se do momento da fala: expressa-se *um fato já ocorrido visto a partir do momento da enunciação tendo-se como referência algo “atual”, pois o resultado é, no perfeito, muitas vezes mais importante que o próprio evento* (p. 53). Daí resulta também a distinção temporal entre perfeito e imperfeito, pois neste último o evento é visto da perspectiva passada<sup>6</sup>.

No futuro do presente, MF é simultâneo a MR porque o evento é visto da perspectiva do MF, embora se realize posteriormente. Como se vê, a autora não leva em conta os referentes concretos de ME, nem os atos de fala concretos. Na definição do futuro do pretérito, ME é posterior a MF porque o evento é previsto como futuro a partir de uma perspectiva passada; como essa possibilidade é contemplada a partir de um sistema de referência que se coloca antes da enunciação, MR é anterior a MF.

Finalmente, considerando que os momentos são conjuntos de pontos ou intervalos de tempo, a autora afirma que não é preciso haver coincidência extensional entre ME, MR e MF para que os consideremos simultâneos; basta que haja um ponto de coincidência. Por exemplo, nos casos de presente histórico ou dramático, o MR se amplia, deslocando-se para o passado e *abrangendo-o de tal modo que tanto o MF como o ME se incluem no MR.(...) ME e MF não têm necessariamente pontos em comum, mas ambos o têm como o MR.* (p.47)

## 2. O Pretérito Perfeito: caracterização temporal e aspectual

Como visto, ao pretérito perfeito corresponde, segundo Corôa, a definição [ME – MR, MF], que permite explicar os usos registrados nas gramáticas e manuais: *para descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente e que o considera do presente* (Cunha, 1972, p. 434). Corôa nada nos diz a respeito de uma possível distinção entre a forma simples e a composta do pretérito perfeito, levando-nos a deduzir que ambas possuem a mesma interpretação semântica. Porém, essa suposição não é compartilhada por todos os que se dedicam ao estudo dos tempos verbais.

---

<sup>6</sup> Embora postule uma distinção temporal entre Perfeito e Imperfeito, a autora reconhece que tal distinção deve ser complementada por outra, de base aspectual.

Para a maioria dos autores consultados (Pereira, 1927; Dias, 1970; Said Ali, 1964; Melo, 1968; Cunha 1994), a diferença está em que o pretérito perfeito simples (PPS) expressa uma ação completa ou concluída, enquanto o pretérito perfeito composto (PPC) expressa a continuidade ou repetição de uma ação até o momento em que falamos. Dias (1970, p.188-189) chama ao perfeito simples de definido, e ao composto, de indefinido.

Soares Barbosa (1871) dá à forma que chamamos de perfeito composto o nome de “presente perfeito”. Para esse autor, na forma *tenho sido*, o auxiliar denota um tempo presente e o particípio um evento acabado. A forma composta pode fazer referência a qualquer tempo passado cujo período de existência venha acabar no presente.

Ilari (1997) afirma que o perfeito composto possui diferenças semânticas relevantes, distinguindo-se dos demais tempos em relação ao seu sentido e não apenas em relação à forma.

Neves (2000) também salienta o valor aspectual do perfeito composto, introduzindo-o na exemplificação de operadores de iteração.

Finalmente, autores que, como Koch (1984, 1997), investigaram a progressão temporal em textos do português, procurando opor os tempos segundo o modo de enunciação (experencial ou narrativo), costumam incluir o perfeito simples no grupo da narrativa (pretérito), e o composto, no do comentário (presente).

Comparando as diferentes propostas, vemos que quase todos os autores se concentram nos valores de duração/continuidade e iteração da forma composta, mas não se posicionam claramente quanto ao valor temporal, com exceção de Soares Barbosa (1871), que lhe atribui valor de presente. Quanto ao perfeito simples, todos ressaltam o valor de pretérito e de evento completado.

Essas considerações trazem à tona questões que nos parece importante elucidar quanto aos dois pretéritos do PB:

(a) É possível distinguir os dois tempos do ponto de vista semântico? O perfeito simples possui interpretação temporal distinta da do perfeito composto?

(b) O perfeito composto pode ainda ser incluído entre os tempos pretéritos do português brasileiro?

(c) Os empregos apontados nas gramáticas normativas correspondem à realidade da língua portuguesa? Ou as variações e rearranjos já provocaram um distanciamento entre o prescritivo e o descritivo?

Em outras palavras, o perfeito composto tem valor aspectual ou temporal e, se puder ser caracterizado como tempo, é presente ou pretérito?

Para tentar responder tais questões, tomamos como ponto de partida a morfologia dos dois pretéritos: forma simples (flexionada) e forma composta de auxiliar + base participial. Dentre os gramáticos estudados, o único que parece levar em conta tal distinção é Soares Barbosa, que, como vimos, atribui ao perfeito composto valor temporal de presente e aspectual de perfeito.

Observe-se que o autor desconsidera a relação do auxiliar com a base, apoiando-se no valor de presente contido no auxiliar, isoladamente, para derivar a interpretação da forma composta. Entretanto, a auxiliaridade é vista como um processo em que o auxiliar interage com a base nominal e produz como resultado um efeito semântico diverso do que seria obtido pelo uso de cada um dos verbos isoladamente. No caso específico das perífrases temporais, Ilari (1981, p. 189) afirma que o auxiliar *toma por argumento a interpretação temporal dos afixos das formas conjugadas e dá como valor a interpretação temporal da perífrase de tempo no seu todo*. Nesse caso, o auxiliar equivale praticamente a um morfema gramatical de tempo que fosse afixado ao radical de um verbo pleno. Adquire, portanto, o estatuto de categoria funcional. A interpretação proposta por Soares Barbosa parece aplicar-se mais à construção que deu origem à perífrase, em que *ter* pode ser classificado como um verbo pleno, pertencente a uma categoria lexical. A diferença pode ser observada em exemplos como os seguintes:

- (2) Tenho a monografia escrita.
- (3) Tenho escrito a monografia.

As duas frases não equivalem semanticamente, como pode ser constatado pelo teste da pressuposição: em (2), a monografia está escrita e em (3), não.

Ilari (1997, p.29) ressalta que *ter* deve ser tratado como auxiliar de tempo porque leva o evento das sentenças em que aparece a ser interpretado sistematicamente como *passado em relação ao tempo em que se localizaria, se aquele morfema de tempo fosse aplicado à base verbal*.

Outra característica do perfeito composto, segundo os autores citados, é expressar um evento que tem início no passado e se estende/continua até o presente. Comrie (1986, p 199-200), porém, afirma que o PPC expressa um fato concluído no passado.

Segundo esse lingüista, se desejamos indicar explicitamente que o hábito inclui o momento presente, utilizamos o presente do indicativo. Ao contrário do que postulam Fiorin (1995) e Cano (1998), não é necessário que o evento esteja inacabado, como se pode perceber retomando o exemplo (3): o evento "escrever" não está obrigatoriamente em curso no momento em que o falante enuncia a frase, embora a monografia esteja inconclusa.

Outro argumento que enfraquece a hipótese de que o PPC não tem referência temporal pretérita é o fato de que situações que se prolongam até o momento da fala podem ser expressas não só pelo presente, mas também pelo perfeito simples (+ adjuntos):

- (4) Gabriele *mora* nos Estados Unidos desde que nasceu.
- (5) Gabriele sempre *morou* nos Estados Unidos.

Tais frases parecem até mais naturais, no português brasileiro, do que a correspondente com o PPC:

(6) Gabrielle tem morado nos Estados Unidos (sempre/ desde que nasceu).

Além disso, nem sempre que a situação se estende até o presente podemos utilizar o perfeito:

(7) Faz dez anos que Gabriele mora nos Estados Unidos.

(8) ? Faz dez anos que Gabriele morou nos Estados Unidos<sup>7</sup>.

(9) \* Faz dez anos que Gabriele tem morado nos Estados Unidos.

Tudo isso nos mostra que tanto o PPS como o PPC devem receber a mesma definição temporal: ME – MR, MF. Portanto, concluímos que as diferenças entre esses dois tempos do PB devem ser buscadas em outros componentes de seu significado.

Uma solução possível nos é indicada por Ilari (s/d), que analisando frases com o PPC no português brasileiro, aponta várias características dessa forma, das quais destacamos as seguintes:

- expressa iteração, independentemente de estar presente na oração um adjunto de frequência, podendo eventualmente assumir valor de continuidade;
- a distinção entre o valor iterativo e o durativo tem a ver com características aspectuais do predicado;
- não pode ser usado para expressar um período de tempo que começa e se conclui no passado, para descrever fatos que se processam uma única vez, ou um número definido de vezes;
- a iteração, que o autor compara à pluralização de eventos, pode ser entendida como um escalonamento de eventos no tempo, não necessariamente regular.

Na tentativa de explicar de maneira unitária tais propriedades, Ilari sugere que o PPC seja tratado como uma função que se aplica a diferentes tipos de predicados, de maneira semelhante a certos operadores quantificacionais do português, os quais podem incidir sobre nomes indicativos de quantidade contínua ou descontínua (*muitos livros* vs. *muito açúcar*). Aplicando tal proposta ao PPC, poderíamos dizer que além de gramaticalizar tempo pretérito e aspecto perfectivo, constitui-se em operador de aspecto quantificacional, que - atuando sobre predicados de natureza diversa<sup>8</sup> - produz

---

<sup>7</sup> Possível, desde que a situação não perdure mais, isto é, com a interpretação de que Gabrielle morou nos Estados Unidos até 1992.

<sup>8</sup> Não nos vamos deter nessa questão, que foge ao objetivo principal do trabalho. Ao que tudo indica, a interpretação preferencialmente durativa ou freqüentativa pode estar condicionada ao conteúdo lexical da base ou a certos adjuntos. Para maiores detalhes, ver Ilari (s/d) ou Cano (1998).

como resultado eventos plurais relacionáveis à continuidade (duração) ou descontinuidade (iteração). Aproveitando a sugestão de Mira Mateus *et al.* (1989), podemos propor para esse aspecto a representação  $[p^n \text{ em } I_t]$ , onde  $p$  simboliza o evento e  $I_t$ , o intervalo de tempo em que esse evento se realiza (de maneira ilimitada e contínua ou descontínua).

O PPS também pode expressar a pluralização de eventos, mas não a assinala explicitamente como a forma composta. Atribui-se então ao PPS o valor de forma não marcada em relação aos PPC<sup>9</sup>. Desse modo, a explicitação estaria condicionada à interação com adjuntos:

(10) As crianças choraram (várias vezes) (durante a viagem).

Em vista disso, concluímos que é possível distinguir os pretéritos do ponto de vista aspectual. Para tanto, aproveitamos a conceituação de Corôa (1985, p. 74), segundo a qual o aspecto é *a quantificação dos subeventos de um evento*. Um subevento é qualquer dos estágios intermediários de um evento, inclusive o inicial e o terminal. A diferença entre as duas formas consiste em que no perfeito simples todos os subeventos se realizam no intervalo de tempo compreendido pelo evento em questão e no imperfeito ao menos um subevento se localiza nesse intervalo de tempo. Conciliando a distinção de Corôa com a função de pluralização de eventos atribuída por Ilari ao PPC, podemos dizer que no perfeito composto mais de um (sub)evento está necessariamente incluído no  $I_t$ . Se a interação do auxiliar com a base resulta em interpretação iterativa, temos a pluralidade de eventos; numa interpretação durativa, os produtos são subeventos plurais. Essa concepção ajuda a entender porque os (sub)eventos expressos pelo PPC podem ser interpretados como estendendo-se até o presente ou futuro: o fato de alguns estágios se localizarem no intervalo de tempo em questão deixa aberta a possibilidade de que outros estágios venham a se realizar fora desse  $I_t$ .

Como se verifica, a análise aspectual nos permite distinguir semanticamente o PPS do PPC. Vejamos agora se tal distinção é suficiente para explicar os usos desses dois tempos no português brasileiro.

### 3. O emprego do pretérito perfeito no português brasileiro

Discutimos a seguir o emprego dos dois pretéritos perfeitos do indicativo, tentando caracterizá-los em função do papel que lhes cabe atualmente no conjunto dos tempos verbais do português. No estudo dessas formas em amostras do português brasileiro, a primeira constatação é que tanto a forma simples como a composta têm baixo índice de frequência na

---

<sup>9</sup> Da mesma forma como se considera o singular e o masculino não marcados em relação ao plural e ao feminino.



língua falada. Cano (1998), em estudo de inquéritos do Projeto NURC, encontrou número pouco significativo de ocorrências dos tempos do pretérito. Em análise de perífrases aspectuais e temporais ocorrentes em inquéritos de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador (Projeto NURC/Brasil), Campos e Longo (1998) registraram 34 / 208 (16%) ocorrências de perfeito composto. Dessas, 32 aparecem no DID/SP 234, em que a informante discorre sobre suas atividades de lazer. Esse inquérito parece fugir ao padrão, pois a locutora seleciona o PPC, enquanto a maioria dos informantes analisados escolhe o presente ou presente contínuo para falar a respeito de atividades rotineiras. Entretanto, a análise do conteúdo do inquérito ajuda a esclarecer a opção. A informante quer falar de hábitos que abandonou num passado recente. Com o uso freqüente do PPC, ela dissimula o fato de que não teria muito a dizer sobre o tema, pois suas atividades (presentes) de lazer são muito limitadas. A conclusão é que o emprego da forma composta confere a esse inquérito um valor modal de atenuação.

Se a baixa freqüência do PPS já era esperada, visto que se trata de um tempo característico do modo narrativo, a do PPC surpreendeu, pois esperávamos que essa forma fosse mais freqüente, por caracterizar o modo experiencial.

Visto que, exceto no inquérito 234, já comentado, o emprego do PPC é numericamente irrelevante na modalidade falada de linguagem, procuramos ampliar a pesquisa de corpus, complementando-a com dados da língua escrita.

Serviú-nos de base uma amostra extraída do banco de dados do Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (Universidade Estadual Paulista) e analisada por Mota (1998). Pesquisando 100 verbos em extratos de literatura romanesca, oratória, técnica, jornalística e dramática, num total de aproximadamente 48.000 de ocorrências de tempos pretéritos numa amostra de 5.000.000 de ocorrências em textos escritos em prosa (décadas de cinquenta a noventa), a autora verificou que a freqüência de PPC também não é significativa: registrou-se uma porcentagem de 53% de PPS e de 0,6% de PPC.

Tais resultados sugerem que a forma composta não tem grande vitalidade no sistema verbal do português brasileiro, ao contrário do que ocorre em outras línguas românicas. Motivações relacionadas à complexidade morfológica do PPC não se sustentam quando o opomos a outras formas, principalmente ao mais-que-perfeito-composto, que ocupa um espaço relevante nesse mesmo sistema. Para explicar o baixo rendimento do PPC, deve-se então recorrer a restrições de ordem semântica e/ ou discursiva. A principal delas se relaciona às categorias funcionais traduzidas por essa forma, que gramaticaliza tempo pretérito somado aos aspectos perfectivo e quantificacional. Portanto, só pode ser utilizada quando se quer exprimir a pluralidade de eventos. Observe-se, além disso, que a aproximação proposta por Ilari se faz entre o PPC e a quantificação indefinida. Isso sugere que o conteúdo semântico veiculado pelos pretéritos do português brasileiro também

pode ser correlacionado a outras unidades semânticas, como genericidade e definitude<sup>10</sup>. Comparemos alguns exemplos de PPC, do jornal *Folha de S. Paulo* (11-13), com seus correspondentes no PPS (14-16):

- (11) Desde a noite de quinta-feira ele tem conseguido evitar a imprensa.
- (12) Temos buscado melhorar o funcionamento da organização social.
- (13) O consumo de linho tem crescido no Brasil por causa da abertura do mercado.
- (14) Desde a noite de quinta-feira ele conseguiu evitar a imprensa.
- (15) Buscamos melhorar o funcionamento da organização social.
- (16) O consumo de linho cresceu no Brasil por causa da abertura de mercado.

A possibilidade de substituição não significa que ambas as formas sejam semântica ou funcionalmente idênticas. Parece-nos que a diferença está em que o PPC exprime necessariamente a pluralidade dos eventos, além de assumir valor genérico e indefinido, ao passo que a forma simples, como membro não-marcado do par opositivo, pode ou não comportar esses valores. Assim, em (14-16) os eventos podem ter-se realizado uma única vez ou várias vezes, num período de tempo definido ou não, como se pode observar com o acréscimo de adjuntos:

- (17) Desde a noite de quinta-feira ele conseguiu *sempre/ uma única vez* evitar a imprensa.
- (18) Buscamos melhorar o funcionamento da organização social *desde que assumimos o cargo/ no ano passado*.
- (19) O consumo de linho cresceu no Brasil *ultimamente/ em 2001*.

Já o PPC, por seu caráter quantificacional, genérico e indefinido, é incompatível com períodos delimitados ou com a semelfactividade:

- (20) Desde a noite de quinta-feira ele tem conseguido *sempre/ \*uma única vez* evitar a imprensa.
- (21) Temos buscado melhorar o funcionamento da organização social *desde que assumimos o cargo/ \* o ano passado*.
- (22) O consumo de linho tem crescido no Brasil *ultimamente / \*em 2001*<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Para Chafe (1979, p. 173-174), manifestam-se no nome ou no verbo *unidades semânticas cuja presença não pode ser predita, dada uma determinada unidade lexical*. Como exemplo, temos passado, genérico, perfectivo, inferencial, progressivo, etc.

<sup>11</sup> O exemplo não é aceitável porque o ano de 2001 corresponde a um período de tempo já terminado. O fato de uma frase como *O consumo de linho tem crescido até hoje* ser aceitável não invalida a hipótese, uma vez que o adjunto *hoje* tem como referente um intervalo de tempo aberto.

Essas são as propriedades que distinguem as duas formas verbais, e não o seu caráter temporal nem a (im)perfectividade aspectual. O PPC não pode ser empregado com adjuntos de passado devido a seu valor indefinido, incompatível com intervalos de tempo fechados, e não porque as situações que expressa se estendam até o momento presente ou mesmo o ultrapassem. Do mesmo modo, os eventos gramaticalizados por esse tempo, por não terem os seus limites definidos, implicam a possibilidade – mas não a obrigatoriedade – de reiteração a qualquer tempo.

Concluimos assim que o PPS, por ser menos determinado do ponto de vista semântico<sup>11</sup>, acaba por preencher um espaço discursivo mais amplo, ocorrendo em contextos interditados ao PPC e invadindo terreno que poderia ser ocupado pela forma composta. A esse respeito, parece interessante citar os resultados obtidos por Salvi (2001), em estudo de textos de literatura jornalística traduzidos do inglês para o português. Comparando amostras de revistas publicadas em inglês com suas edições em português brasileiro, a autora evidenciou que o Present Perfect do inglês é sistematicamente traduzido pelo PPS, mesmo quando o valor carregado é nitidamente iterativo, caso em que se opta pela forma simples + adjunto de frequência.

#### 4. Conclusão

Finalizando, podemos dizer que os resultados do trabalho mostram que o pretérito composto do português brasileiro situa-se, ao menos atualmente, em desvantagem em relação a seu rival mais próximo, por estar mais sujeito a restrições de ordem semântico-discursiva. Estabelecendo uma analogia com o emprego dos modos verbais, pode-se concluir que as formas marcadas, como o pretérito perfeito composto e o subjuntivo, estariam perdendo terreno para as não marcadas, como o perfeito simples e o indicativo. Um estudo mais aprofundado, que contemple a variação diacrônica e todo o conjunto de tempos, poderá trazer mais força às hipóteses aqui aventadas e levar-nos a estabelecer com mais clareza as diretrizes que norteiam as mudanças no sistema verbal do português brasileiro.

#### Referências Bibliográficas

BARBOSA, J. B. *Os tempos do pretérito no português brasileiro: perfeito simples e perfeito composto*. Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNESP, 2003.

---

<sup>11</sup> Sobre a determinação semântica do aspecto perfectivo no português e no inglês, consulte-se Monteiro et al. (1980)

CAMPOS, O. G. L. A. S. & LONGO, B. N. O. (1998) *Perífrases de tempo e de aspecto no português brasileiro falado*. Araraquara, Unesp, ms.

CANO, W. M. (1998) *O emprego do perfeito composto na linguagem jornalística*. Araraquara, Unesp, ms.

CHAFE, W. L. (1979) *Significado e estrutura lingüística*. Trad. de M. H. M. Neves *et alii*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

COMRIE, B. (1986) *Tense*. 2ª ed. Cambridge, CUP.

CORÔA, M. L. M. S. (1985) *O tempo nos verbos do português: uma introdução a sua interpretação semântica*. Brasília, Thesaurus.

CUNHA, C. (1972) *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Fename.

DIAS, A. E. S. (1970). *Sintaxe histórica portuguesa*. 5ª ed. Lisboa, Clássica, 1970.

FIORIN, J. L. (1995). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo, Ática.

FONSECA, FF. (1977) *Para o estudo das relações de tempo no verbo em português*. Comunicação apresentada no XV Congresso de Lingüística Românica. Rio de Janeiro, ms.

ILARI, R. (1981) Alguns recursos gramaticais para a expressão do tempo em português – notas de um projeto de pesquisa. In: *Estudos de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo, T. A. Queiroz. p.181-183.

\_\_\_\_\_ (1997) *A expressão do tempo em português*. São Paulo, Contexto.

\_\_\_\_\_ (s/d) *Notas para uma semântica do passado composto em português*. São Paulo, Context, ms.

KOCH, I. V. (1984) *Argumentação e linguagem*. São Paulo, Cortez.

\_\_\_\_\_ (1997) *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo, Contexto.

LONGO, B. N. O. (1990) *A auxiliaridade e a expressão do tempo em português*. Doutorado. Araraquara, Unesp.

LOBATO, L. M. P. (1971) *L'auxiliarité em langue portugaise*. Doutorado. Paris, Université de Paris III.

LYONS, J. (1977) *Semantics*. Cambridge, CUP.

MELO, G. C. (1968) *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Acadêmica.

MIRA MATEUS, M. H. M. *et alii*. (1989) *Gramática da língua portuguesa*. 2ª ed. Coimbra, Almedina.

MONTEIRO, D. C. *et alii*. (1980) The perfective aspect in English and Portuguese. A contrastive study on semantic basis. In: *Alfa*, 24:137-148.

MOTA, M. S. (1998). *O verbo no português contemporâneo do Brasil: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos*. Relatório do Projeto PIBIC/CNPq. Araraquara, Unesp.

NEVES, M. H. M. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo, Edunesp.

REICHENBACH, H. (1980 [1947]). *Elements of symbolic logic*. Nova Iorque, Dover.

PEREIRA, E. C. (1927). *Gramática histórica*. 5ª ed. São Paulo, Nacional.

SAID ALI, M. (1964) *Gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília, UnB.

SALVI, E. (2001) *A tradução do Present Perfect em textos de literatura jornalística*. Especialização. Araraquara, Unesp.

SOARES BARBOSA, J. (1871[1803]) *Grammatica philosophica da língua portuguesa*. 5ª ed. Lisboa.